

loteamento com alvará n.º 13/87, sito na Rua das Comunidades, freguesia e concelho de Arouca, promovido por Maria Albina Seabra da Rocha Amorim, que incide sobre os lotes n.ºs 1 e 1A, de José da Conceição Gomes.

Finalidade do pedido — emparcelamento dos lotes 1 e 1A, num único lote, que será identificado como lote 1, com a área de 200 m².

O loteamento passará a ser constituído apenas por 11 lotes.

Durante o período da discussão pública, podem os interessados consultar o respectivo processo, bem como apresentar, por escrito, reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento, junto da Divisão de Urbanismo da Câmara Municipal, Praça do Município, 4544-001 Arouca.

27 de Novembro de 2006. — A Chefe de Divisão, no uso da competência delegada em 4 de Novembro de 2005, *Eliane Marques Amaral*. 1000308514

Aviso n.º 5/2006

Discussão pública da alteração de loteamento com alvará n.º 2/96

Torna-se público, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, que se encontra em discussão pública, pelo período de 15 dias, decorridos oito dias contados da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, o pedido de licenciamento das alterações ao projecto de loteamento com alvará n.º 2/96, sito em São Pedro, freguesia e concelho de Arouca, promovido por Joaquim de Pinho Saavedra, que incide sobre o lote n.º 9 de José Dinis de Figueiredo Mendes.

Finalidade do pedido — ampliação da área do anexo para um total de 37,12 m² e alteração da localização do mesmo para o limite tardoz do lote.

Durante o período da discussão pública, podem os interessados consultar o respectivo processo, bem como apresentar, por escrito, reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento, junto da Divisão de Urbanismo da Câmara Municipal, Praça do Município, 4544-001 Arouca.

27 de Novembro de 2006. — A Chefe de Divisão, no uso da competência delegada em 4 de Novembro de 2005, *Eliane Marques Amaral*. 1000308515

CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO

Edital n.º 180/2006

Operação de loteamento — alteração ao alvará de loteamento n.º 34/2000, aditamento ao alvará de loteamento n.º 2/97

Discussão pública

Élio Manuel Delgado da Maia, presidente da Câmara Municipal de Aveiro, faz público que, nos termos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, se encontra aberta a discussão pública, conforme preceitua o n.º 3 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, pelo período de 15 dias após a publicação no *Diário da República*, relativa à alteração ao alvará de loteamento n.º 34/2000, referente ao processo de obras n.º 335/94, requerida por Manuel Ferreira Barbosa, com morada na Rua Direita, freguesia de São Bernardo, que incide sobre o terreno sito na Estrada de São Bernardo, freguesia de São Bernardo, descrito na Conservatória do Registo Predial de Aveiro sob o n.º 00487/210591, omissão à matriz urbana, da respectiva freguesia, com a área total de 5750 m².

O processo de loteamento pode ser consultado, todos os dias úteis, dentro das horas normais de expediente, no Departamento de Gestão Urbanística de Obras Particulares, desta Câmara Municipal.

As reclamações, observações e sugestões que os interessados entendam apresentar sobre o referido loteamento deverão ser feitas por escrito e com a identificação completa do seu subscritor em folhas de papel formato A4, contendo os assuntos bem especificados, as quais deverão ser entregues ou remetidas por correio, sob registo, na Câmara Municipal.

Para conhecimento geral se publica o seguinte aviso e outros de teor, que vão ser afixados nos locais de estilo.

E eu, *Aurora Conceição Marques Maçarico*, Directora do Departamento de Gestão Urbanística de Obras Particulares, o subscrevi.

23 de Novembro de 2006. — A Directora do Departamento de Gestão Urbanística de Obras Particulares, *Aurora Conceição Marques Maçarico*. 1000308469

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS

Aviso n.º 14/06/S

Nomeação

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 28 de Setembro de 2006, nos termos e ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, nomeei na categoria de operário principal, da carreira de operário altamente qualificado (operador de estações elevatórias, de tratamento ou depuradoras), pertencente ao quadro de pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Cascais, na sequência de concurso interno de acesso, os seguintes funcionários:

Rogério Manuel Santos Barbosa.
Fernando António Silva Santos.
António José Santos Branco Carrilho.
Pedro Alexandre Lameirão Borges.
José Fernando Santos Branco Carrilho.
Fernando Joaquim Cansado Serranito Marques.
Vitor Manuel Torrete Afonso.
Francisco Martinho Freitas Miranda.
José Manuel Silvestre Vieitas.
Nuno Miguel Gomes Carvalho.
António Deus Fonseca.

29 de Setembro de 2006. — Por delegação de competências, o Vereador, *Pedro Caldeira Santos*. 3000221473

Aviso DRH n.º 84/2006

De acordo com o disposto do n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 27 de Agosto de 2006, foi transferida para esta Câmara Municipal a professora do 1.º ciclo do ensino básico, Maria José Sequeira Pombo Marques.

Mais se torna público que a funcionária foi reclassificada em regime de comissão de serviço extraordinária na categoria de técnica superior de educação e juventude assessora principal.

6 de Outubro de 2006. — O Vereador dos Recursos Humanos, por delegação de assinatura, *Pedro Caldeira Santos*. 3000221474

Aviso DRH n.º 85/2006

Para os devidos efeitos, torno público que, por despacho do presidente da Câmara de Cascais de 17 de Agosto de 2006 e despacho do Director Regional de Cultura, da Presidência do Governo Regional dos Açores de 7 de Setembro de 2006, foi autorizada a transferência da funcionária daquela direcção, Maria Cristina Macedo Gonçalves, para a carreira de técnica superior, na categoria de assessora principal, para esta autarquia, ao abrigo do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 175/98, de 2 de Julho, e Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho.

Mais se torna público que a referida transferência produz efeitos a 1 de Outubro do corrente ano.

10 de Outubro de 2006. — O Vereador dos Recursos Humanos, *Pedro Caldeira Santos*. 3000221479

Aviso DRH n.º 86/2006

De acordo com o disposto do n.º 10 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Outubro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por

despacho do vereador dos recursos humanos de 21 de Setembro de 2006, foi exonerada do lugar de assistente de acção educativa, Irina Santos Gonçalves Caetano Silva, com efeitos à data do despacho.

10 de Outubro de 2006. — O Vereador dos Recursos Humanos, por delegação de assinatura, *Pedro Caldeira Santos*. 3000221466

Aviso

Discussão pública

Processo n.º U-15029/2005 — operação de loteamento

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e no uso da competência que me foi subdelegada através do despacho n.º 92/2005, de 19 de Dezembro, divulga-se que se encontra no período de discussão pública o pedido de licenciamento de operação de loteamento dos prédios descritos na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Cascais sob as fichas n.º 01351/130998, 02256/050691, 01356/041188 e 01352/130988, com as áreas de 550 m², 4198 m², 1672,93 m² e 335 m², respectivamente, sítos em São Pedro do Estoril, freguesia do Estoril, requerido em nome de LUSOBEIRA — Empreendimentos Imobiliários, L.ª, e que consiste na constituição de dois lotes condominiais para moradias unifamiliares em banda e um lote para moradia unifamiliar isolada a ser cedido ao município, nos termos do Regulamento Municipal de Compensação num total de 14 fogos em todo o loteamento.

Durante o período de discussão pública que decorrerá pelo prazo de 15 dias úteis, contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, 2.ª série, o processo de loteamento n.º 15029/2005 estará disponível, para consulta, na Divisão Administrativa do Urbanismo, Secção de Apoio aos Loteamentos e Estudos Urbanos — das 9 às 13 horas e das 14 às 16 horas.

Os interessados podem apresentar por escrito, no decurso daquele período, reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento, as quais deverão ser entregues no Sector de Atendimento do Urbanismo.

O presente aviso vai ser igualmente afixado na Junta de Freguesia de Estoril, nos Paços do Concelho e no local objecto do loteamento.

19 de Outubro de 2006. — O Vice-Presidente da Câmara, *Carlos Carreiras*. 3000221464

Aviso

Processo SPO n.º 434/2006 — alteração ao alvará de loteamento n.º 1078

Nos termos do n.º 2 do artigo 27.º, conjugado com o n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e no uso da competência que me foi subdelegada pelo despacho n.º 92, de 19 de Dezembro de 2005, divulga-se que se encontra no período de discussão pública o pedido de alteração da licença da operação de loteamento a que se refere o alvará n.º 1078, requerido pelos proprietários dos lotes 2, 3 e 4, João Miguel Moraes Crispim, Nelson Carlos Pereira Santos e Georgina da Conceição Garrido, respectivamente, descritos na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Cascais sob as fichas 08190/060499, 08191/060499 e 08192/060499, respectivamente, sítos em Alcabideche, freguesia de Alcabideche.

A alteração consiste na introdução de caves destinadas a estacionamento nos lotes 2, 3 e 4, mantendo-se inalteráveis os restantes parâmetros do alvará.

Durante o período de discussão pública que decorrerá pelo prazo de 15 dias úteis, contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, 2.ª série, o processo U-SPO n.º 434/2006, estará disponível, para consulta, na Divisão Administrativa do Urbanismo, Secção de Apoio aos Loteamentos e Estudos Urbanos — das 9 às 13 horas das 14 às 16 horas.

Os interessados podem apresentar por escrito, no decurso daquele período, reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento, as quais deverão ser entregues no Sector de Atendimento do Urbanismo.

O presente aviso vai ser igualmente afixado na Junta de Freguesia de Alcabideche, nos Paços do Concelho e nos prédios do loteamento objecto da alteração.

19 de Outubro de 2006. — O Vice-Presidente da Câmara, *Carlos Carreiras*. 3000221475

Aviso

Processo n.º U-192/2006 — alteração ao alvará de loteamento n.º 1212

Nos termos do n.º 2 do artigo 27.º, conjugado com o n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e no uso da competência que me foi subdelegada pelo despacho n.º 92, de 19 de Dezembro de 2005, divulga-se que se encontra no período de discussão pública o pedido de alteração da licença da operação de loteamento a que se refere o alvará n.º 1112, requerido pelo proprietário do lote 6, Geofrancos — Empreendimentos Urbanísticos de Construção, L.ª, lote este descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Cascais sob a ficha 09999/161001, sito na Rua de Luísa Todi, freguesia de Alcabideche.

A alteração consiste na definição do polígono de implantação máximo para o referido lote, mantendo-se inalteráveis os restantes parâmetros do alvará.

Durante o período de discussão pública que decorrerá pelo prazo de 15 dias úteis, contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, 2.ª série, o processo n.º U-192/2006 estará disponível, para consulta, na Divisão Administrativa do Urbanismo, Secção de Apoio aos Loteamentos e Estudos Urbanos — das 9 às 13 horas e das 14 às 16 horas.

Os interessados podem apresentar por escrito, no decurso daquele período, reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento, as quais deverão ser entregues no Sector de Atendimento do Urbanismo.

O presente aviso vai ser igualmente afixado na Junta de Freguesia de Alcabideche, nos Paços do Concelho e nos prédios do loteamento objecto da alteração.

19 de Outubro de 2006. — O Vice-Presidente da Câmara, *Carlos Carreiras*. 3000221478

CÂMARA MUNICIPAL DE CARREGAL DO SAL

Aviso

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 28 de Novembro de 2006, na sequência do concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de técnico em engenharia civil (estagiário), do quadro de pessoal desta Câmara Municipal, cuja a lista de classificação final foi afixada no edifício dos Paços do Concelho, foi nomeado em regime de estágio o candidato a seguir mencionado:

Ricardo Miguel dos Santos Nunes.

Mais se torna público que o referido estágio será efectuado, nos termos dos artigos 15.º e 16.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, conjugado com a alínea d) do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, através de contrato administrativo de provimento.

O referido candidato deverá aceitar o cargo no prazo de 20 dias, a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*, para iniciar as suas funções.

(Processo isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Novembro de 2006. — O Vice-Presidente da Câmara, *Vasco Jorge Matias Antunes de Almeida*. 3000221497

CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DA BEIRA

Aviso n.º 126/2006

Nomeação

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 23 de Novembro de 2006, no uso da competência que me confere a alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e na sequência do concurso interno de acesso limitado, nomeei definitivamente, para ocupar o lugar de técnico profissional especialista principal, da carreira técnica profissional de construção civil, escalão 1, índice 316, nos termos do n.º 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro:

Rui Jorge Achado Gomes.